

ENSINO MÉDIO ARTICULADO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CURRÍCULO E EMPREGABILIDADE

Patricia Murara Stryhalski¹

Resumo: Esse artigo traz um recorte da pesquisa Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, Empregabilidade e Prática Docente. No entanto, tratamos de questões a partir de dados obtidos nesta pesquisa, mas tomando como foco o currículo. Sendo assim o objetivo é saber como o currículo impacta na empregabilidade dos jovens egressos participantes da pesquisa; Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, Empregabilidade e Prática Docente. A pesquisa foi realizada em uma instituição do Sistema “S” de Santa Catarina, caracterizou-se como um estudo de enfoque qualitativo e quantitativo cujo emprego de análise de conteúdo serviu para tabulação dos dados. Os resultados apontam que as disciplinas de Ciências Humanas são extremamente importantes nos currículos dos cursos técnicos e ouvir o egresso com sua experiência de mercado é de suma importância para aperfeiçoamento dos currículos dos cursos.

Palavras-Chave: Currículo; Empregabilidade; Educação profissional.

SCHOOL ARTICLES WITH PROFESSIONAL EDUCATION: CURRICULUM AND EMPLOYABILITY

Abstract: This article brings a review of the High School research articulated with Professional Education: Curriculum, Employability and Teaching Practice. However, we deal with questions from the data obtained in this research, but focusing on the curriculum. Thus, the objective is how the curriculum impacts on the employability of the young graduates participating in the research High School Articulated with Professional Education: Curriculum, Employability and Teaching Practice. The research was carried out in an institution of the "S" System of Santa Catarina, characterized as a qualitative and quantitative study whose use of content analysis served to tabulate the data. The results indicate that the Human Sciences disciplines are extremely important in the curricula of the technical courses and listening to the egress with their market experience is of paramount importance for the improvement of the curricula of the courses

Keywords: Curriculum; Employability; Professional education.

¹ Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jaraguá do Sul - UNERJ (2008) e Complementação em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci - FAMEG (2008). Especialização em Educação Especial pela Fundação Regional de Blumenau - FURB (2010), Mestrado em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2013) e Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Universidade do Minho - Portugal (sanduíche).

INTRODUÇÃO

Com a promulgação do decreto 5.154/04 o ensino médio integrado com a Educação Profissional ganhou forças. Até o ano de 2004, a Educação Profissional era conduzida pelo decreto 2.208/97, mas recebendo diversas críticas em relação ao seu conteúdo. Sendo assim, em 2004, o decreto 5.154/2004, no dia 23/07, entrou em vigor substituindo o Decreto 2.208/97. Com isso, além do ensino profissional ser oferecido nas formas concomitante ou sequencial ao Ensino Médio, agora poderiam ser oferecidas de forma integrada.

Diante do contexto, a delimitação do tema deste artigo reflete no recorte da pesquisa; Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, empregabilidade e Prática Docente. Trataremos de questões a partir de dados obtidos nesta pesquisa, mas tomando como foco o impacto do currículo na empregabilidade dos jovens egressos participantes da pesquisa.

Os referidos egressos sujeitos dessa pesquisa são de uma escola profissional de iniciativa privada pertencente ao Sistema “S” de Santa Catarina. Ela atende alunos que fazem cursos de Aprendizagem Industrial, Ensino Médio, cursos técnicos, superiores, pós-graduação e de qualificação profissional. Os egressos participantes desta pesquisa fizeram o curso de Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, ou seja, ao final do Ensino Médio eles recebem duas certificações a de técnico e de conclusão do Ensino Médio. A legislação traz os termos *Ensino Médio Integrado*, porém a instituição utiliza a nomenclatura Ensino Médio Articulado, pelo fato de utilizar matrículas distintas para o Ensino Médio e técnico. O Ensino Médio integrado possui matrícula única.

Para o diálogo entre teoria e prática utilizo autores como: Rios (2003); Gesser e Ranghetti (2011), Terigi (1996), Castro (2010), e Berti; Colenci (2011). Ouvir o que o egresso tem a dizer após a entrada no mercado de trabalho contribui para o aperfeiçoamento dos cursos ofertados pelas instituições e, potencialmente, para alunos que pretendem realizar seus cursos. A possibilidade de avaliar a atuação do egresso no mercado de trabalho em relação ao currículo vivenciado no curso técnico, possibilita ver a dimensão da influência desse currículo lá no mercado de trabalho. A opinião dos egressos é uma das dimensões que possibilita a visualização das transformações que ocorrem no aluno, influenciadas pelo currículo. (BERTI; COLENCI, 2011).

Os egressos enfrentam as mais variadas situações com distintos graus de complexidade na sua atividade profissional. Essas situações exigem determinadas competências, que são, na maioria das vezes, relacionadas com o que foi realizado durante o curso. Por isso, pode-se então, ao ouvir o egresso, relacionar a estrutura pedagógica do currículo dos cursos com a empregabilidade. Embora o termo competência seja polêmico, a instituição a qual pertencem os egressos participantes da pesquisa adota o termo em seu Projeto Político Pedagógico. Diante do conceito de competência adotaremos nesse artigo o conceito que vai ao encontro de Terezinha Rios (2002).

Com base nos autores citados acima, o presente artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro momento situaremos a perspectiva do currículo e das competências no currículo da Educação Profissional. Em seguida a discussão será em torno da opinião do egresso em relação ao currículo levando em conta sua experiência profissional.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, Empregabilidade e Prática Docente. Esta pesquisa teve por objetivo caracterizar como os currículos e a prática docente dos cursos técnicos do Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, ofertados por uma instituição de ensino profissional de SC, impactaram na empregabilidade dos jovens egressos desta instituição do período de 2006 a 2010. Participaram da pesquisa 30 alunos egressos que fizeram o ensino médio e o técnico. Foram aplicados questionários, onde dos 30 egressos, oito foram selecionados para a entrevista.

A instituição faz parte do Sistema “S”. Esse sistema é um conjunto de instituições de interesse das categorias profissionais. A pesquisa era uma mescla de pesquisa qualitativa e quantitativa utilizando a análise de dados de Bardin (1977) para análise e tratamentos dos dados. Dessa análise foi configurada uma matriz de análise para cruzar as informações mencionadas pelos egressos e a teoria.

Na pesquisa foram utilizados conceitos chaves como: currículo e empregabilidade. O conceito de currículo utilizado vai ao encontro dos pensamentos de Gesser e Ranghetti (2011), um currículo que vai além do conceito restrito de grade curricular, é uma estrutura, um conjunto de atividades que buscam a aprendizagem, caminho a ser percorrido e experiências vivenciadas, ou seja, um ambiente em ação.

Já a concepção de empregabilidade utilizada é a capacidade de conseguir manter-se empregado, é *mister* deixar claro que trabalho e empregabilidade não tem a mesma concepção, o trabalho é o ato de trabalhar propriamente dito enquanto a empregabilidade está associada a capacidades e habilidades para conseguir manter-se empregado.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2011 a 2013, devido a esse fato, o Decreto 5.154/2004 foi crucial no desenvolvimento da pesquisa. Esse Decreto trouxe à tona a integração do ensino médio integrado com o curso técnico que havia sido extinto pelo Decreto 2.2008/1998.

Este artigo não contempla a reforma do ensino médio que vem ocorrendo no Brasil atualmente, o Médio Tec. Embora seja digno de reflexões e pesquisas na área, se distancia do momento em que o ensino médio estava vivenciando entre os anos de 2011 a 2013.

PERSPECTIVA DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com o decreto nº 5154/2004 a Educação Profissional é desenvolvida através de formação inicial, continuada, programas e cursos que visem o desenvolvimento dos trabalhadores da Educação Profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação de nível tecnológico. Castro (2010, p. 23), exemplifica as formas de articulação com o Ensino Médio:

- integrada (em curso na mesma instituição de ensino, com matrícula única pelo aluno e com ampliação de carga horária);
- concomitante (na mesma instituição ou em instituições distintas, com matrículas distintas, e com ou sem convênios de intercomplementaridade para o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados);
- subsequente (após o ensino médio, quando este é pré-requisito de matrícula; - contínua (não constituindo a “parte diversificada” do currículo do ensino médio).

Ao passar do tempo com a criação do Sistema “S” houve um crescimento significativo da Educação Profissional. A nova Lei de Diretrizes e Bases fez com que houvesse um entendimento mais profundo do que seria essa modalidade, a educação profissional viria para complementar a Educação Básica e não para tomar seu lugar conforme complementa Cordão:

[...]E a educação profissional vai além dos cursos técnicos de nível médio integrados ou articulados com o ensino médio. Ela integra todo o itinerário formativo das pessoas, preparando-as para o mundo do trabalho, para definirem seus próprios itinerários de profissionalização. (CORDÃO, 2010, p. 37).

Vale ressaltar com base na afirmativa acima que dentro das fábricas, nas linhas de produção, o trabalhador está mais flexível, mas não se altera a relação de concepção do

processo de trabalho. Ainda existe a clássica separação entre patrão e empregado como pode ser observado na fala de Cordão:

A educação profissional é então entendida não mais como preparação para o posto de trabalho. Não é treinamento operacional. Não é formação de mão de obra. Até porque não existe mais aquela clássica separação entre a mão de obra e o “cabeça” da obra, o gerente, o planejador, o controlador de qualidade. Hoje, cada vez mais, quem faz deve saber por que está fazendo dessa maneira e não de outra. E quem faz é chamado a planejar a sua ação profissional, a controlar a qualidade de seu serviço profissional. (CORDÃO, 2010, p. 37).

A nova LDB fez com que houvesse maior integração entre trabalho, ciência e tecnologia. A partir da segunda metade dos anos noventa, do século XX, começou a intensificar a necessidade de profissionais que detinham mais conhecimento, iniciativa, capacidade de solucionar problemas e que tomassem decisões prudentes. Com isso se tornou necessário superar o déficit de escolarização, que até então, o aluno era passivo com poucas oportunidades de se tornar alguém que superasse as expectativas.

Com base na LDB, uma instituição do Sistema “S” oferece Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional. Por esse Sistema, os alunos têm a opção de cursar somente o Ensino Médio ou fazer o Ensino Médio e o curso técnico, sendo que o Ensino Médio é em um período e o curso técnico em outro, com matrículas distintas. Por ter essa organização o curso é denominado como Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, diferente das propostas do governo que implementam o Ensino Médio integrado.

No Ensino Médio integrado o aluno não tem a opção de fazer um ou outro, automaticamente, pois ao se matricular terá que cursar o Ensino Médio e o Técnico, é disto que trata Grabowski (2010), em um dos capítulos do livro “Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração”. “O currículo integrado é uma questão de opção política e pedagógica. Trata-se de uma opção de quem acredita numa experiência pedagógica diferente; não pode ser uma adequação à lei, às normas” (p. 175).

Para melhor compreensão, a proposta do Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, criado pelo SENAI de Santa Catarina, conforme o PPP da instituição é proporcionar a preparação do jovem para o mundo do trabalho, buscando oferecer uma formação mais completa. Diante desse aspecto vale salientar que, para oferecer uma formação mais completa, Gesser e Ranghetti (2011) sinalizam que:

Para o contexto atual, urge um currículo que desenvolva a capacidade do pensamento crítico, da reflexão e da reconstrução da própria gênese histórica do currículo, das teorias e da prática da profissão, reconhecendo que as escolhas (pessoais e profissionais) são sempre carregadas de valores. Por isso, tanto o

currículo quanto seus fundamentos devem ser históricos e críticos. (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 4)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dedicando o capítulo III para a Educação Profissional, presume que os conteúdos curriculares da Educação Básica contemplarão em suas Diretrizes a orientação para o trabalho, conduzindo o educando para uma preparação mais ampla para o trabalho, como pode ser observado na citação abaixo:

Para que a vinculação entre as competências básicas e as gerais tenham efetividade, a formação visada pelo ensino médio precisa ser contextualizada, de modo a propiciar compreensão tanto sobre os aspectos laborais e de produção de bens e serviços, quanto sobre as relações da ciência e da tecnologia com a produção e com as transformações econômicas, tecnológicas, jurídico-institucionais, sociais e culturais em curso no país e no mundo. (CASTRO, 2010, p. 22).

No Ensino Médio não há dissociação entre preparação geral para o trabalho e formação geral, elas devem ser integradas, tanto no contexto do mundo do trabalho, como nos componentes curriculares.

Em resumo, com um currículo que integra organicamente a base nacional comum e a parte diversificada, o ensino médio deve centrar seu foco na aquisição de formação geral e de competências básicas, contextualizadas nas ações produtivas e nas demais práticas sociais. Embora tenha o desafio de propiciar preparação geral/básica para o trabalho, não lhe cabe, como regra, proporcionar a aquisição de habilidades profissionais específicas, objeto da educação profissional. (CASTRO, 2010, p. 23).

Diante das inúmeras propostas curriculares para a Educação Básica e Educação Profissional podemos identificar o foco nas competências. “É crescente a utilização, nos discursos educacionais, de afirmações que defendem que a escola deve dar prioridade ao desenvolvimento de competências e não à transmissão de conhecimentos”. (COSTA, 2005, p.52). Os acontecimentos que mais marcaram a Educação Profissional no Brasil podem ser observados no quadro desenvolvido por Wittaczik (2008) desde 1909 até 1990, conforme abaixo:

QUADRO 1– Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	<p>O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista³ em relação à massa trabalhadora.</p> <p>Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.</p>

1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT) ⁵ , do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

FONTE: Wittaczik (2008)

Neste artigo, diante do histórico da Educação Profissional, o conceito de currículo utilizado vai ao encontro dos pensamentos de Gesser e Ranghetti (2011), ou seja,

[...] acreditamos que o currículo não representa propósitos ou atividades que sejam neutras em termos de formação e informação [...]. Numa perspectiva pós-moderna ou pós-crítica, o currículo é compreendido como um artefato cultural, social e histórico [...] (p. 18).

O ensino profissional historicamente sofre influência das teorias de currículo. Até 1970 o ensino profissional era fortemente marcado pelo modelo curricular tradicional “[...] esses modelos tradicionais de currículo tanto os técnicos quanto os progressistas, representam uma base psicológica experimental. A orientação curricular dominante tem caráter tecnicista. O modelo curricular é centrado em objetivos” (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 30).

Pode-se observar que no início do século XX houve uma transformação no ensino profissional do Brasil, que deixou de lado a visão de tom assistencialista. Em 1909, com a

criação das escolas de aprendizes artífices, esse cenário do ensino profissional passa a ser destinado à agricultura e para a indústria. Os Decretos com maior relevância para a Educação Profissional foram: Decreto nº 4.244/42 que dispõe sobre o Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Nesse sentido, observou-se que existia a necessidade de regulamentar a Educação Nacional. Com isso vários decretos foram promulgados para atender a demanda, essas legislações ficaram conhecidas como Leis Orgânicas da Educação Nacional. Essa teoria foi tão marcante para a educação profissional que até os dias atuais existem fortes indícios da teoria curricular tradicional, tanto nas políticas quanto nos currículos dos cursos de educação profissional.

A partir da década de 1970 iniciam as discussões em torno das teorias críticas do currículo com influência direta de Paulo Freire, as propostas de currículo da teoria crítica estavam mais voltadas aos problemas sociais, econômicos e políticos (GESSER, 2011).

A partir das teorias críticas, o currículo é visto como um espaço de poder, em que uma série de características sociais e políticas são incorporadas ao currículo. Nesse sentido, o currículo é também uma expressão capitalista, reproduz culturalmente as estruturas sociais, distribui desigualmente o conhecimento escolar e tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. (HYPOLITO; IVO, 2011, p. 209).

Vale ressaltar que em 1971 também houve a reformulação da LDB de 1961. O quadro abaixo representa as fases da LDB voltadas para o ensino profissional e as teorias críticas influentes para cada uma delas.

QUADRO 2 – Fases da LDB em relação a Educação Profissional

1ª LDB, Lei nº 4.024 de 1961	Com objetivo de igualar todos os níveis de ensino. Pela primeira vez os cursos de níveis profissionalizantes e propedêuticos são reconhecidos para prosseguimento nos estudos.	Teoria curricular tradicional
Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971	O ensino profissional é visto de maneira compulsória, técnico profissional todo o currículo de 2º grau	Teoria curricular tradicional
Lei nº 9394 de 20 de dezembro 1996	A atual LDB A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:	Teoria curricular tradicional

	<p>I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;</p> <p>II – de educação profissional técnica de nível médio;</p> <p>III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1996)</p>	
--	---	--

FONTE: Produção da pesquisadora (2012)

Essa reforma esteve ligada a interesses políticos, pois o governo tinha boa aceitação política das classes populares. Com isso para manter seu status o governo facilitou a entrada dessa classe a níveis maiores de escolaridade, porém, com o ensino de 2º grau profissionalizante.

Todo o contexto por qual passaram as reformas educacionais na década de 1970 foi reflexo da teoria do capital humano. Essa teoria foi fortemente criticada por educadores devido a sua interferência na prática educativa, com vistas à dialética do mercado advindas do tecnicismo que se preocupa mais com a produção do que com o saber fazer. Em 1989 começa a ter novas formas, ou seja, alternativas curriculares em que são criados cursos gerais tecnológicos e profissionais advindos da Decreto-Lei. nº 26/89 de 21 de janeiro sendo revogada pelo DL. nº 70/93 de 10/03. Sendo assim, os cursos técnicos e liceus começam a ser extintos. (Rodrigues, 2009).

QUADRO 3- Teorias de currículo relacionada a Educação Profissional

TEORIAS DE CURRÍCULO	PERÍODO	ORIENTAÇÃO CURRICULAR DOMINANTE
Teorias tradicionais	Do seu surgimento até 1970	Esses modelos tradicionais de currículo, tanto os técnicos quanto os progressistas, representam uma base psicológica comportamentalista fundada pela psicologia experimental. A orientação curricular dominante das teorias tradicionais tem caráter tecnicista. O modelo curricular é centrado em objetivos. (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 30).
Teorias críticas	Da década de 1970 até início de 1990	Nesta compreensão teórica do currículo, a ênfase está no questionamento em relação as desigualdades e injustiças sociais. Na perspectiva crítica, o currículo não seria mais estruturado de forma fragmentada e disciplinar. (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 30).
Teorias Pós críticas	Dos anos 1990 até atualmente	Assim como as teorias críticas, as teorias pós críticas defendem a ideia de que “nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente,

		implicada em relações de poder”. (GESSER; RANGHETTI, 2011, p. 31).
--	--	--

FONTE: Produção da pesquisadora (2012)

Obviamente que para além do percurso histórico vivido em relação aos movimentos curriculares registrados no contexto da educação escolar, co-existem atualmente várias concepções de currículo, que surgem na literatura a partir dos anos 1960, conforme pode ser observado na fala de Terigi (1996):

Nesta época, o termo curriculum, cuja utilização tinha ficado restrita a certos âmbitos acadêmicos – em particular, à produção estadunidense -, começou a invadir a literatura pedagógica, amparado pelas conceptualizações que buscavam substituir a velha expressão planos de estudo por outra que abrangesse não apenas os documentos oficiais nos quais se prescrevia o que devia ser ensinado, como também o conjunto de processos que determinavam o que era efetivamente ensinado. (TERIGI, 1996, p. 160).

Gesser e Ranghetti (2011) proferem que o termo currículo, apresenta diversas concepções desde sua origem, sendo definido como: rol de disciplinas, grade curricular, conteúdos, conjunto de matérias e assim por diante. Diante disso, muitos educadores confundem o que é o sentido mais amplo de currículo.

Corazza (2001), complementa ao dizer que:

O ‘currículo’ não pode ser considerado nem uma unidade imediata, nem uma unidade certa, nem como uma unidade homogênea, mas como uma unidade histórica, política e resultado de interpretações. (p.132)

Ou ainda,

Um currículo é o que dizemos e fazemos... com ele, por ele, nele. É nosso passado que veio, o presente que é nosso problema e limite, e o futuro que queremos mudado. É a compreensão de nossa temporalidade e espaço. (CORAZZA, 2001, p. 132).

O termo currículo não tem uma definição clara ou um conceito claro e definido, contudo é necessário ter claro que [...] “o currículo possibilita, a cada sujeito, produzir sua própria existência”. (GESSER E RANGHETTI, 2011, p. 19). Neste sentido, trabalharemos com a concepção de currículo como experiências vivenciadas no ambiente escolar, como resultado de aprendizagens, ou seja, um caminho a ser percorrido e não somente como grade curricular para compreender o que dizem os egressos.

O QUE DIZEM OS EGRESSOS?

O percurso histórico do currículo, as diversas fases e definições influenciam diretamente os espaços escolares e as formas de ensino e aprendizagem em cada época. A

educação profissional até os dias atuais tem forte influência tanto da teoria tradicional como do tecnicismo.

Ouvir o que os egressos têm a dizer sobre o currículo dos cursos possibilita identificar o quanto as teorias estão presentes nesses cursos, embora cada teoria seja marcada por períodos na história. Ao realizar o Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, muitos alunos, embora tenham um amadurecimento precoce das responsabilidades que o curso lhe traz, não fazem uma avaliação a fundo do que é o curso e o que isso representa na vida deles, tanto de forma pessoal como profissional. Ao serem entrevistados em relação ao currículo fazendo relação com o mercado de trabalho, eles mesmos se questionavam “o que eu respondo agora”?

Esses questionamentos fazem parte desse crescimento e processo que eles estão vivenciando, a transição para a vida adulta para muitos deles. A entrada no mercado de trabalho faz com que eles se tornem mais críticos. Quando questionados sobre o reflexo em relação aos conhecimentos que os sujeitos adquiriram durante o curso; ou seja, a aplicação do conhecimento no mercado de trabalho, a análise que eles fazem é que o curso é uma base e se remetem a graduação.

Eu acho que basicamente o que a gente aprendeu era muito base, o básico a gente aprendeu para usar na faculdade, no mercado de trabalho para aprofundar depois. (Sujeito 7, Q)

O outro sujeito acredita que o curso técnico poderia ter sido mais amplo, isso ele percebeu ao iniciar a graduação. Ele fez o curso de mecatrônica o qual engloba conhecimentos relacionados a área de mecânica, eletrônica e tecnologia da informação, existe a necessidade de compreender cada uma dessas áreas, sendo que a mecânica ficou desfalcada conforme sua fala:

[...] hoje faço faculdade de engenharia e vejo que é muito específico [...] eu fiz mecatrônica e podia ter sido mais amplo na área de mecânica e um pouco na área e elétrica também, foi muita eletrônica na grade do curso, tirando isso foi acho que foi muito bom, fizeram uma base de conhecimento bem específico para atuar no mercado. (Sujeito 6, Q).

Alguns alunos comentam que sentem falta de alguns conhecimentos, mas não conseguem expor exatamente o que, outros sujeitos entrevistados responderam a esta questão inseguros, respondem positivamente, porém, não passam segurança. Fica claro que o curso técnico não engloba todos os conhecimentos que os alunos enfrentarão no mercado de trabalho que todos os dias surgem novas situações a serem resolvidas, e realmente os cursos por melhores que sejam como todas as áreas não possuem “receitas prontas”. Todavia se o

aluno fez o curso tem uma boa base e conseguirá pensar em algumas formas de resolver o problema.

Na fala dos egressos eles expõem que falta algo a mais, não sabem bem o que poderia ser. Na fala é possível perceber que a falha não está no currículo do curso, mas sim, na falta de experiência na área.

Olha vindo de curso técnico eu acho que boa parte dos conhecimentos foram aprendidos, sempre existe alguma coisa a mais que poderia passar, não sei também muito o que poderia, os assuntos que a gente aprendeu poderia ser um pouco mais a fundo (Sujeito 4, Q)

Os sujeitos aos quais foram aplicados o questionário e entrevistas são de uma instituição privada que recebe auxílio de verbas federais, mas as mensalidades são pagas pelos pais. Então, pode-se concluir que as condições financeiras dos alunos que fazem o curso técnico articulado são de classe trabalhadora, e muitos desses alunos após terminar o curso ingressam na faculdade, mas, não vão de imediato para o mercado de trabalho, recebem auxílio financeiro dos pais para poder se dedicar ao estudo.

Muitos dos alunos entrevistados se aperfeiçoam na faculdade para após seguir a carreira que escolheram. Nesse contexto dificulta a análise dos alunos sobre o que faltou ou não desses conhecimentos, para que se tenha reflexo no mercado de trabalho. Em contrapartida alguns egressos que possuem experiência na área que concluiu o curso comentam:

[...] acho que deveriam ser inclusos mais cedo pequenos projetos nas diversas áreas, pois quando começamos a trabalhar percebemos como só aprendemos realmente “quebrando a cabeça”. Meu trabalho hoje depende mais de entender como funciona a empresa do que o que eu trouxe de bagagem. (Sujeito 1, Q).

[...] poderia ser mais focado para a prática encontrada no dia a dia e não tanto ao conteúdo dos livros. (Sujeito 2, Q).

Os alunos que já iniciaram na área que fizeram o curso, conseguem identificar com mais facilidade os conhecimentos que faltaram no curso, como os projetos. Os projetos simulam a prática, o aluno se sente vivendo a situação, com o perfil de trabalhador que se exige hoje, como pró-atividade, capacidade de solucionar problemas, trabalhar mais voltados para a prática e por projetos se aproxima mais do mundo do trabalho.

O projeto pedagógico da instituição contempla os projetos integradores e interdisciplinares e ainda, complementa que para superar essa divisão que ainda existe no ensino médio entre teoria e prática, a instituição promoverá reuniões pedagógicas para planejamento desses projetos. Porém, os alunos afirmam que esses projetos foram implantados mais para o final do curso.

Se os projetos interdisciplinares e integradores fossem implantados no início do curso seria mais produtivo, além de o aluno viver esse processo de construção e encaminhamento do projeto também teria reflexo na empregabilidade. O aluno que foi preparado para fazer projetos gera uma segurança maior para o empregador na hora de contratá-lo, pois ele vivenciou o que acontece na empresa, diferente daquele que só teve a preparação geral e terá que aprender cada passo determinado pelo empregador.

O Ensino Médio da instituição é articulado com a Educação Profissional, porém ele é diferenciado da proposta de Ensino Médio Integrado, onde todos alunos da turma fazem o mesmo curso. No “articulado” se tem em sala alunos que não fazem o curso técnico, tem alunos que fazem o curso técnico em áreas diferentes e como funciona essa articulação?

[...] Tinha muita coisa que a gente aprendia em algumas matérias, ah... a gente aprendeu por exemplo matemática no curso de mecatrônica e utilizou a mesma matemática na sala de aula, ou algumas coisas de moda envolvia com a disciplina de história ou outras disciplinas. (Sujeito 2, Q).

Os alunos que fazem o curso técnico e o Ensino Médio, tem a possibilidade de aprender e revisar os conteúdos. Se o aluno não compreendeu bem determinado conteúdo no Ensino Médio, é bem possível que ele compreenda no curso técnico ou vice-versa. É aquela história que os alunos comentam: “com esse professor não consegui compreender, mas, com aquele outro o conteúdo foi tão fácil”. Na verdade, não é nem a questão de ser mais fácil, pois um professor dá a base do que é o conteúdo e o outro complementa.

[...] teve bastante isso, teve matérias que a gente... às vezes foi bem mesclado bem certinho, porque as vezes foram passadas coisas na matéria do técnico. Mas, depois de um tempo que a gente já tinha aprendido no médio, se a gente por exemplo aprendido só no técnico a gente iria se complicar muito, mas houve sim essa articulação, e foi melhor assim. (Sujeito 6, E)

O conteúdo foi revisado duas vezes, é bem provável que na segunda vez o aluno tenha uma compreensão mais aprofundada. O que não acontece com os alunos que fazem somente o Ensino Médio, se o aluno não sanar suas dúvidas no momento da aula, é bem provável que fique com a dúvida.

A articulação do Ensino Médio com o Técnico é um desafio. Nas turmas do curso técnico tem somente alunos interessados naquele determinado curso, as discussões giram em torno daqueles conhecimentos específicos. Nas turmas de Ensino Médio tem alunos com interesses diferentes e mais os alunos que não fazem o curso. Os professores da formação

geral tem a responsabilidade de atender todos esses alunos, devido a isso, algumas disciplinas atendem essas particularidades.

Porém, algumas disciplinas se diferenciam das escolas públicas. Nessas disciplinas são abertos espaços para conversar sobre cidadania, mercado de trabalho, postura adequada, entre outros temas. Então, mesmo que o aluno opte por não fazer o curso técnico, o impacto do aprendizado dele será diferenciado do impacto que um aluno da escola pública terá.

Nas escolas públicas, dificilmente se abre espaço para discutir essas questões e muitas vezes o aluno chega ao mercado de trabalho sem conhecimento nenhum. E se diz que o ensino médio, como etapa final da educação básica se tem a preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Existe uma carência muito grande nessa questão para os alunos de escola pública.

Mesmo com essas disciplinas alguns alunos afirmam que não houve articulação:

[...] Não teve nada haver um com o outro foi totalmente separado, um não relacionava com o outro, tanto que eu fazia o curso de manhã e a tarde (Sujeito 8, Q)

[...] Não, era bem separado na verdade porque como fiz moda era bem separado não tinha nenhum conteúdo que eu levasse do ensino médio para o técnico (Sujeito 5, Q).

A articulação às vezes não é tão explícita, podemos perceber que no depoimento do sujeito 2, ele afirma que existe a articulação do ensino médio com o técnico. Já o sujeito 5, afirma que não tinha nenhum conteúdo entre os dois cursos, porém os dois sujeitos fizeram o curso de moda.

O currículo da instituição investigada contempla três domínios da ação humana que são: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, contempla ainda os quatro pilares da UNESCO: Aprender a aprender; aprender a conhecer; aprender a viver e aprender a ser. Vale salientar que a proposta curricular objetiva considerar as competências que o aluno do Ensino Médio precisa alcançar. (PPP, 2010).

Ao analisarmos a Matriz curricular do curso é possível identificar que ela é flexível quanto aos conteúdos e métodos objetivando melhores resultados. No início do ano professores e coordenação organizam os estudos teóricos com idas a campo para melhor atender os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a Educação Profissional e o Decreto 5.154/2004 trazem à tona a formação técnica de nível médio. A educação profissional tornou-se motivo de preocupação

governamental e também empresarial para que possa atender as exigências de mão de obra qualificada. O Brasil ainda não possui um consagrado sistema de ensino e é possível perceber isso pela instituição de ensino participante desta pesquisa.

Nesse sentido, a delimitação do tema deste artigo refletiu o recorte da pesquisa Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: currículo, Prática Docente e empregabilidade, porém, foram utilizados os dados obtidos nesta pesquisa com foco somente no impacto do currículo na empregabilidade dos jovens egressos participantes da pesquisa. Sendo assim, o objetivo é como o currículo impacta na empregabilidade dos jovens egressos participantes da pesquisa Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, Empregabilidade e Prática Docente.

Ouvir o egresso é uma forma de verificar os resultados obtidos lá no mercado de trabalho, lá eles enfrentam as mais variadas situações e dificuldades conseguindo assim, relacionar as dificuldades com o curso realizado. Neste sentido as instituições de ensino através da fala do egresso podem relacionar as experiências vividas com as estruturas pedagógicas do currículo dos cursos, a prática docente e a empregabilidade. Os relatos nos revelam um importante material para análise, sob o ponto de vistas das experiências pessoais e profissionais dos egressos.

Com base no impacto do currículo na empregabilidade dos jovens egressos participantes da pesquisa foi possível perceber que os conhecimentos principalmente de português, física e matemática são muito utilizados durante o curso técnico. Durante o Ensino Médio lhes são aplicadas essas disciplinas e durante o curso técnico, essas são reforçadas de forma a aprimorar seus conhecimentos, é para nós, o que faz a diferença em realizar o vestibular, ENEM, ou até mesmo um concurso público.

Os egressos também veem o curso como forte aliado para a graduação, mesmo que a área não seja a mesma, mas, a questão metodológica, trabalhar com projetos, trabalhar em grupos contribui para uma graduação mais eficaz. Ao fazer o curso técnico, os alunos também desenvolvem mais responsabilidades, o cuidado que é necessário ter com os equipamentos, com sua postura, com horários. Esses conhecimentos são utilizados em todos os momentos de sua vida, não somente para a vida profissional.

Algo interessante a observar é a forma como os alunos avaliam o curso realizado. Eles têm dificuldades em pontuar aspectos positivos ou negativos. Os egressos atribuem notas de

0-10, a justificativa é que para simplificar eles atribuem nota. Será que essa forma de avaliar não deveria ser repensada? Seria uma habilidade a ser desenvolvida durante o curso? Uma questão de rever o currículo?

Isso nos remete também a importância das disciplinas das ciências humanas, na formação técnica. São essas disciplinas no currículo que fazem os alunos perceberem que existem outros pontos de vista, que é necessário perceber também a convivência em grupo e aprender viver também para a cidadania e não somente no e para o mercado de trabalho. Essas disciplinas podem ser fortes aliadas e terão impactos no mercado de trabalho e também na empregabilidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTI, Heloísa Wey; COLENCI, Raquel. **Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de egressos de graduação em enfermagem**. *Reeusp*, v. 46, n. 1, p. 158-166, 2011.

CASTRO, Jane Margareth. Educação geral e formação profissional na ótica das competências. In: REGATTIERI, M.; CASTRO, M. (Orgs.). **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. Brasília: Unesco, 2010. p. 112-118.

CORRAZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CORDÃO, Francisco. O panorama da educação profissional no Brasil. **Educação Profissional: ciência e tecnologia**, Brasília, v. 4 n. 1, p. 37-41, jul./dez. 2010.

COSTA, T. A. **A noção de competência enquanto princípio de organização curricular**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 29, p. 52-62, mai./jun./jul./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a05.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

GRABOWSKI, Gabriel. Em debate: articulação e integração curricular. In: REGATTIERI, M.; CASTRO, M. (Orgs.). **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. Brasília: Unesco, 2010. p. 175-188.

GESSER, V.; RANGHETTI, D. S. **Currículo Escolar. Das concepções histórico-epistemológicas a sua materialização na prática dos contextos escolares**. Curitiba: CRV, 2011.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; IVO, Andressa Aita. Currículo e Educação Profissional: uma proposta curricular para o proeja em análise. **Cadernos de Educação**, Pelotas, jan./abr. 2011.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2012.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha A. **Ética e competência**. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

TERIGI, Flávia. Notas para uma genealogia do curriculum escolar. **Educação e Realidade**. jan./jun. 1996.

WITTACZIK, Lidiane. Educação Profissional no Brasil: histórico. E-tech: **Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1. sem. 2008.